

Processual Civil

A novel sistemática de sobrestamento, na origem, dos “recursos repetitivos”: breves apontamentos sobre o art. 543-c do CPC

Victor Cretella Passos Silva

Resumo: o presente artigo tenta apresentar, de maneira sucinta, os principais aspectos e discussões que envolvem a sistemática dos recursos repetitivos no âmbito das instâncias excepcionais, instituída pela Lei n. 11.672/2008, que acrescentou ao CPC o art. 543-C.

Palavras-chave: processo - civil - recurso - especial - sistemática - repetitivo - processamento.

Sumário: 1 - Considerações iniciais; 2 - Processamento, na origem, do recurso repetitivo até o pronunciamento definitivo do STJ sobre a questão federal selecionada como representativa; 3 - Processamento, na origem, do recurso repetitivo após o pronunciamento definitivo do STJ sobre a questão federal selecionada como representativa; 4 - Conclusões finais.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Lei n° 11.672, que foi publicada no dia 8 de maio de 2008, e entrou em vigor 90 dias depois (art. 3°)[1], trouxe nova sistemática de processamento dos recursos excepcionais, instituindo mecanismos de julgamento uniforme de recursos “repetitivos” (*rectius*: fundados em idêntica questão de direito) no âmbito dos Tribunais Superiores.

No que tange ao recurso especial, essa sistemática foi implementada por meio do acréscimo do art. 543-C ao CPC, nos seguintes termos:

“Art. 543-C. Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, o recurso especial será processado nos termos deste artigo. (Incluído pela Lei n° 11.672, de 2008).

§ 1º Caberá ao presidente do tribunal de origem admitir um ou mais recursos representativos da controvérsia, os quais serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, ficando suspensos os demais recursos especiais até o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça.

§ 2º Não adotada a providência descrita no § 1º deste artigo, o relator no Superior Tribunal de Justiça, ao identificar que sobre a controvérsia já existe jurisprudência dominante ou que a matéria já está afeta ao colegiado, poderá determinar a suspensão, nos tribunais de segunda instância, dos recursos nos quais a controvérsia esteja estabelecida.

§ 3º O relator poderá solicitar informações, a serem prestadas no prazo de quinze dias, aos tribunais federais ou estaduais a respeito da controvérsia.

§ 4º O relator, conforme dispuser o regimento interno do Superior Tribunal de Justiça e considerando a relevância da matéria, poderá admitir manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia.

§ 5º Recebidas as informações e, se for o caso, após cumprido o disposto no § 4º deste artigo, terá vista o Ministério Público pelo prazo de quinze dias.

§ 6º Transcorrido o prazo para o Ministério Público e remetida cópia do relatório aos demais Ministros, o processo será incluído em pauta na seção ou na Corte Especial, devendo ser julgado com preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus.

§ 7º Publicado o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, os recursos especiais sobrestados na origem:

I - terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça; ou

II - serão novamente examinados pelo tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça.

§ 8º Na hipótese prevista no inciso II do § 7º deste artigo, mantida a decisão divergente pelo tribunal de origem, far-se-á o exame de admissibilidade do recurso especial.

§ 9º O Superior Tribunal de Justiça e os tribunais de segunda instância regulamentarão, no âmbito de suas competências, os procedimentos relativos ao processamento e julgamento do recurso especial nos casos previstos neste artigo.[2]

Trata-se, como se vê, de mais uma modificação voltada ao escopo de melhor satisfazer o princípio constitucional da celeridade e da razoável duração do processo (art. 5°, LXXVIII, da CF)[3], uma vez que ajuda a diminuir o acúmulo de processos nos Tribunais Superiores, sem contar que ao oportunizar o julgamento em massa de recursos calcados numa mesma controvérsia (de direito), dá-se maior atenção ao princípio da isonomia e da segurança jurídica.

Além disso, tal sistemática contribui sobremaneira para a intensificação das recentes reformas processuais que vêm ocorrendo desde a Emenda Constitucional n° 45, em que se percebe uma nítida preocupação de garantir a uniformidade no trato do direito positivo e o prestígio dos precedentes jurisprudenciais. Isso porque o sobrestamento dos recursos dito “repetitivos” acaba constituindo, por reflexo, um “filtro” das controvérsias submetidas às instâncias excepcionais, evitando que sejam elas reiteradamente instadas a se pronunciar sobre uma questão jurídica já devidamente debatida e pacificada.

Assim como a instituição das “súmulas vinculantes” (art. 103-A da CF)[4] e a exigência da “repercussão geral” das questões constitucionais suscitadas em recurso extraordinário (art. 543-A do CPC)[5], a sistemática de sobrestamento dos recursos repetitivos constitui uma nítida preocupação com o resguardo da função essencial dos Tribunais Superiores: assegurar a correta e uniforme aplicação da legislação posta sob sua vigilância. Afinal, se o papel nuclear desses Tribunais é o de “uniformizar”, já era óbvio e imperativo que o sistema processual devesse buscar meios para que as questões já “uniformizadas” deixem cada vez mais de aportar às Cortes superiores.

2. PROCESSAMENTO, NA ORIGEM, DO RECURSO REPETITIVO ATÉ O PRONUNCIAMENTO DEFINITIVO DO STJ SOBRE A QUESTÃO FEDERAL SELECIONADA COMO REPRESENTATIVA

2.2 SELEÇÃO DOS RECURSOS REPRESENTATIVOS DA CONTROVÉRSIA

Nos termos da lei, quando o Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal de origem detectar a existência de vários recursos que versam sobre uma mesma questão de direito, cumprir-lhe-á selecionar um ou alguns recursos representativos - também chamados de recursos “piloto”, “guia”, “paradigmático”, “padrão”, dentre outras denominações - e encaminhá-los ao STJ, antes mesmo de exercer o seu juízo de admissibilidade.

A seleção deverá ser criteriosa, dando-se preferência àqueles recursos que contenham maior diversidade e clareza de argumentos, para que se viabilize a análise mais detalhada possível por parte do Tribunal *ad quem* (art. 1°, §1°, da Resolução n° 8/2008 do STJ)[6].

Uma vez selecionado, o recurso “piloto” deixa de ser visto apenas sob o ângulo do suposto direito de determinada parte (a recorrente), e passa a representar um instrumento processual de uniformização de uma questão de direito cuja pacificação interessa direta ou indiretamente a todo um plexo de pessoas, agora coletivamente consideradas. Esse foi o motivo por que no final do ano de 2008, mais especificamente no dia 17 de dezembro, a Corte Especial do STJ, em questão de ordem suscitada pela Ministra Nancy Andrighi nos autos do Recurso Especial n° 1.063.343/RS, concluiu, por maioria, que não pode o recorrente desistir de seu especial caso tenha ele sido selecionado como representativo de determinada controvérsia. O fundamento vencedor foi o de que, quando o recurso é submetido ao regime da lei dos recursos repetitivos, o interesse público passa a ditar a necessidade de uma pronta análise da causa representativa, por se ela decisiva para inúmeras outras que estão paralisadas no aguardo de seu desfecho.[7]

2.2 SOBRESTAMENTO DOS DEMAIS RECURSOS QUE VERSAREM SOBRE IDÊNTICA CONTROVÉRSIA

Por outro lado, os que não forem selecionados como “representativos” serão sobrestados após a devida certificação nos autos (art. 1°, §3°, da Resolução n° 8/2008)[8], e aguardarão em cartório o pronunciamento definitivo do STJ sobre a questão federal a ele submetida.

Nada impede, também, que o STJ determine *por sponte propria* o sobrestamento na origem dos recursos cuja controvérsia já esteja pendente de análise pelo colegiado. Nesse caso, caberá ao Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal de origem apenas cumprir a ordem de sobrestamento quanto a todos os recursos relacionados àquela controvérsia.

Vale destacar que num ou noutro caso o STJ tem admitido o sobrestamento não só dos processos que estiverem em fase de recurso especial, como também os que estiverem em fase apelação, também enquanto não dirimida a idêntica controvérsia submetida à sistemática dos repetitivos. É o que se infere do seguinte julgado da lavra da Corte Especial daquele Sodalício:

“PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ART. 105, III, A E C, DA CF/1988. SOBRESTAMENTO DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO, POR FORÇA DE SUBMISSÃO DA QUESTÃO JURIS CONTROVERTIDA AO RITO PREVISTO NO ART. 543-C, DO CPC - RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. POSSIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICO-SISTÊMICA. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DOS PROCESSOS (ART. 5.º LXVIII, DA CF/1988). 1. A submissão de matéria jurídica sob o rito prescrito no artigo 543-C, do Código de Processo Civil, inserido pela Lei n.º 11.672, de 8 de maio de 2008, justifica a suspensão do julgamento de recursos de apelação interpostos nos Tribunais. 2. A suspensão dos julgamentos das apelações que versam sobre a mesma questão jurídica submetida ao regime dos recursos repetitivos atende a exegese teleológica-sistêmica prevista, uma vez que decidida a irresignação paradigmática, a tese fixada retorna à instância a quo para que os recursos sobrestados se adequem à tese firmada no STJ (art. 543-C, § 7.º, I e II, do CPC). 3. É que o novel instituto tem como ratio essendi evitar o confronto das decisões emanadas dos Tribunais da Federação com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, mercê de a um só tempo privilegiar os princípios da isonomia e da segurança jurídica. 4. A ponderação de valores, técnica hoje prevalente no pós-positivismo, impõe a duração razoável dos processos ao mesmo tempo em que consagra, sob essa ótica, a promessa calçada no princípio da isonomia, por isso que para causas com idênticas questões jurídicas, as soluções judiciais devem ser iguais. 5. Ubi eadem ratio ibi eadem dispositio, na uniformização de jurisprudência, a cisão funcional impõe que a tese fixada no incidente seja de adoção obrigatória no julgado cindido, por isso que a tese repetitiva adotada pelo Tribunal competente para conferir a última exegese à legislação infraconstitucional também é, com maior razão, de adoção obrigatória pelos Tribunais locais. 6. A doutrina do tema assenta que: Outro é, pois, o fenômeno que se tem em vista quando se alude à conveniência de adotar medidas tendentes à uniformização dos pronunciamentos judiciais. Liga-se ele ao fato da existência, no aparelho estatal, de uma pluralidade de órgãos judicantes que podem ter (e com frequência têm) de enfrentar iguais questões de direito e, portanto, de enunciar teses jurídicas em idêntica matéria. Nasce daí a possibilidade de que, num mesmo instante histórico - sem variação das condições culturais, políticas, sociais, econômicas, que possa justificar a discrepância -, a mesma regra de direito seja diferentemente entendida, e a espécies semelhantes se apliquem teses jurídicas divergentes ou até opostas. Assim se compromete a unidade do direito - que não seria posta em xeque, muito ao contrário, pela evolução homogênea da jurisprudência dos vários tribunais - e não raro se semeiam, entre os membros da comunidade, o descrédito e o ceticismo quanto à efetividade da garantia jurisdicional. (MOREIRA, José Carlos Barbosa. Comentários ao Código de Processo Civil, Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, vol. V: Arts. 476 a 565. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009, págs. 4 e 5) 7. Deveras, a estratégia político-jurisdicional do precedente, mercê de timbrar a interpenetração dos sistemas do civil law e do common law, consubstancia técnica de aprimoramento da aplicação isonômica do Direito, por isso que para “casos iguais”, “soluções iguais”. 8. Recurso especial conhecido e desprovido.” (REsp 1111743/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIZ FUX, CORTE ESPECIAL, julgado em 25/02/2010, DJe 21/06/2010)

Questão interessante consiste em saber se deve ser sobrestado o recurso especial que, além de versar sobre a controvérsia submetida à sistemática da representatividade, versa também sobre outras questões de direito. Quando isso ocorrer, a prudência recomenda que esse recurso não deva ficar sobrestado na origem, na medida em que o julgamento isolado da questão jurídica selecionada pode não ser suficiente para definir a sorte do recurso, e, por isso, eventual medida de suspensão só teria o condão de retardar o deslinde do feito. Ademais, pode haver multiplicidade de pretensões que não guardem entre si relação direta: é o que acontece, por exemplo, quando são ventiladas questões federais lastreadas em suposto *error in judicando* juntamente com questões relacionadas à suposto *error in procedendo*; nesses casos, mesmo que o Superior Tribunal não acolha, por exemplo, a pretensão de anulação da decisão recorrida, pode acolher outra questão que conduza à sua reforma. Advirta-se, no entanto, que essa posição toma por premissa a existência de diversas questões autônomas, pois se as demais questões que não a selecionada forem a ela subordinadas, não há dúvidas de que o sobrestamento se impõe (art. 1.º, §2º, da Resolução nº 8/2008)[9].

Outro questionamento também bastante interessante diz respeito ao sobrestamento ou não de recurso manifestamente inadmissível. É dizer: se um recurso especial que verse sobre a questão de direito selecionada for deserto ou intempestivo, por exemplo, deve ele mesmo assim se sujeitar ao procedimento da repetitividade?

Sinceramente, essa é uma questão que ainda não recebeu uma resposta segura, ao menos por parte dos Tribunais superiores.

E, não bastasse, a questão é deveras polêmica.

De um lado, posicionando-se pelo processamento do recurso independentemente de se encontrarem ou não preenchidas as exigências para a sua admissão, poderíamos criar uma flagrante contradição jurídica, quando não uma violação mesma ao princípio da igualdade no que respeita aos critérios exigidos ao aproveitamento do recurso: a análise do mérito (com o reexame da decisão recorrida) dos recursos que não se sujeitarem à sistemática de sobrestamento continuaria condicionada ao preenchimento de rígidos pressupostos de admissibilidade, ao passo que o mérito dos recursos sujeitos à sistemática de sobrestamento poderia ser reexaminado pelo juízo recorrido mesmo na hipótese de sua flagrante inadmissibilidade.

De outro lado, posicionando-se pelo não processamento do recurso com a sua inadmissão de plano pela instância recorrida, acabaríamos indo de encontro à disposição expressa do §8º do art. 543-C do CPC, que é clara no sentido de que a admissibilidade do recurso extremo só será exercida depois do pronunciamento definitivo da questão selecionada, somente se o tribunal de origem entender pela manutenção da decisão recorrida, mantendo a divergência com a orientação do Superior Tribunal.

Em que pesem as situações problemáticas que invariavelmente adviriam da adoção de uma ou outra posição, temos a impressão de que a segunda posição tende a prevalecer, em virtude principalmente da crescente preocupação com a necessidade de se perquirir uma tutela jurisdicional efetiva e sobretudo justa. Afinal, será que se deve tolerar uma injustiça da decisão em nome de requisitos formais? Será que se pode aceitar que a forma se sobreponha ao fundo? Será que se deve obrigar a parte recorrente a ajuizar uma ação rescisória (se é que ela será cabível) para ver afirmado um direito seu já abstratamente reconhecido pelo Judiciário? Parece-nos que o instituto não pode ser interpretado e manipulado apenas sob o prisma processual, enfocando unicamente os benefícios trazidos ao STJ; como toda mudança legislativa, deve ela ser vista em seu aspecto global, atingindo também - e de forma direta - os anseios da sociedade. Com isso, acreditamos que a finalidade do instituto também tem a ver com a necessidade de maximizar a autoridade e o alcance das decisões dos Tribunais Superiores, e de potencializar a concreção do princípio da isonomia, permitindo que um maior número de relações jurídicas recebam o mesmo tratamento jurídico, sem que fiquem ao alvedrio de questões processuais que, levadas às últimas consequências, acabam representando nefastos “formalismos”. [1] A Professora Tereza Arruda Alvim Wambier parece chegar à mesma conclusão, porém por outros fundamentos, senão vejamos:

“esta orientação [a de que a tramitação do recurso especial fica integralmente sobrestada no Tribunal a quo] poderia, sob certo ponto de vista, conduzir a um resultado indesejado: o de que a solução adotada pelo STJ em recursos especiais selecionados venha a beneficiar a parte que interpôs recurso inadmissível, mas cuja inadmissibilidade ainda não tenha sido constatada, no juízo a quo(…). Parece, no entanto, que esta opinião condiz com a finalidade do instituto, na medida em que permite que uma mesma solução fixada pelo STJ, que diga respeito a situações repetidas em vários casos, seja aplicada à maior quantidade possível de esferas jurídicas, o que é mais consentâneo com o princípio da isonomia. Se assim não fosse, haveria o risco de serem ajuizadas tantas ações rescisórias quantos fossem os casos de recursos especiais não admitidos.” (WAMBIER, Tereza Arruda Alvim. Recurso Especial, Recurso Extraordinário e Ação Rescisória, p. 310)

No entanto, em 22/10/2008, a Segunda Seção do STJ, ao julgar o recurso especial nº 1.061.530/RS, posicionou-se com muita propriedade em sentido oposto ao concluir que o procedimento para o julgamento de recursos especiais repetitivos não afasta a exigência de se aferir no caso concreto a existência de seus pressupostos de admissibilidade, até porque muitos deles encontram-se previstos na própria Constituição da República. Entendeu-se, na oportunidade que “é inaplicável o regime disposto no art. 543-C do CPC, estabelecido pela Lei 11.672/2008, aos recursos que não preencherem os requisitos de admissibilidade do recurso especial, sob pena de violar a Constituição Federal e transformar o STJ em terceira instância revisora”[10]. Essa posição foi recentemente reiterada pela Segunda Turma do mesmo Tribunal:

“PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA - RECURSO ESPECIAL - PROFESSORA ESTADUAL - READAPTAÇÃO - PRÊMIO EDUCAR (LEI 14.406/08) - EXAME DE LEI LOCAL: SÚMULA 280/STF - IMPOSSIBILIDADE - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA - INAPLICABILIDADE DO RITO PREVISTO NO ART. 543-C DO CPC - RECURSO QUE NÃO PREENCHEU OS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE. 1. Em recurso especial, não pode o STJ examinar a pretensão da parte recorrente, se o Tribunal de origem decidiu a lide com base em normas de lei local. Incidência da Súmula 280/STF. 2. A ausência de demonstração do dissídio jurisprudencial, na forma exigida pelos arts. 255 do RISTJ e 541, parágrafo único, do CPC, impede o conhecimento do recurso especial pela alínea “c” do permissivo constitucional. 3. É inaplicável o regime disposto no art. 543-C do CPC, estabelecido pela Lei 11.672/2008, aos recursos que não preenchem os requisitos de admissibilidade do especial, sob pena de violar a Constituição Federal e transformar o STJ em terceira instância revisora. 4. Recurso especial não conhecido.” (REsp 1189922/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/06/2010, DJe 01/07/2010)

Por fim, urge indagar o seguinte: enquanto o STJ não se pronunciar sobre a questão federal selecionada, a quem compete apreciar os incidentes e as medidas urgentes referidas ao especial que fica sobrestado na origem? Ao Tribunal a quo ou ao próprio STJ?

Esta é uma questão visivelmente intrincada. Porém, entendemos que ela pode ser resolvida com base na mesma premissa referente à abertura da instância excepcional[11]. É que se a competência do Tribunal de origem só se exaure com a emissão do juízo precário de admissibilidade do recurso especial, e se esse juízo fica suspenso até o pronunciamento do Superior Tribunal sobre a questão selecionada, é de se supor que a instância a quo deve permanecer incumbida de apreciar todos os feitos e incidentes relacionados ao recurso, inclusive aqueles em que se pleiteia o imediato processamento do feito[12]. Fosse o contrário e se iria na contramão da razão de ser da mudança, que é a de justamente desafogar as pautas dos Tribunais Superiores, permitindo que eles se concentrem nas causas efetivamente pendentes de uniformização.

O mesmo, contudo, não deve acontecer com os recursos representativos da controvérsia, pois, embora ainda não tenha sido exercido o seu juízo de admissibilidade, eles já se encontram sob o crivo do Superior Tribunal, e seria contraditório que a instância recorrida emitisse uma ordem a uma instância superior, determinando a sustação dos efeitos de uma decisão cujo controle definitivo sequer lhe compete.

3. PROCESSAMENTO, NA ORIGEM, DO RECURSO REPETITIVO APÓS O PRONUNCIAMENTO DO STJ SOBRE A QUESTÃO FEDERAL SELECIONADA COMO REPRESENTATIVA

Publicado o acórdão do STJ acerca da controvérsia representativa, a coordenadoria do órgão julgador expede ofício ao Tribunal de origem, comunicando o resultado do julgamento, instruindo-o inclusive com cópia do acórdão (art. 6º da Resolução nº 8/2008)[13]. Ao tomar ciência da aludida comunicação, caberá ao Presidente ou Vice-

Presidente do Tribunal de origem adotar uma das seguintes providências com relação aos recursos que ficaram sobrestados:

Se o STJ tiver chegado, no julgamento dos recursos representativos, à mesma conclusão encampada no acórdão recorrido, deverá o Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal de origem denegar seguimento aos recursos especiais sobrestados. Uma pergunta que logo aparece é a de que se cabe algum recurso contra essa decisão. Apesar do silêncio da lei, é de se supor que sim, pois, sendo o STJ a instância à qual o recurso verdadeiramente se dirige, deve ele exercer o controle último sobre o processamento do recurso especial. Assim, por analogia ao art. 544 do CPC, tal decisão desafia, em princípio, o recurso de agravo de instrumento, não cabendo qualquer recurso no âmbito do próprio Tribunal local, pelos mesmos motivos anteriormente alinhavados.

Se o STJ tiver chegado à conclusão diferente da encampada no acórdão recorrido, deverá o Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal de origem encaminhar os autos ao órgão fracionário que prolatou o acórdão recorrido para que os feitos sobrestados sejam reapreciados^[14]. Daí que caso o órgão julgador reconsidere a sua decisão, adequando-a à orientação firmada pelo STJ, fica prejudicado o recurso especial sobrestado, abrindo-se, é claro, novo prazo recursal à parte sucumbente, que pode perfeitamente querer devolver a demanda às instâncias excepcionais. Diferentemente, caso o órgão julgador não reconsidere a sua decisão, mantendo a divergência com a orientação firmada pelo STJ, os autos deverão ser novamente encaminhados ao Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal de origem, que aí sim exercerá o juízo de admissibilidade do recurso especial sobrestado, para que se oportunize a análise de sua pretensão diretamente pelo juízo *ad quem*.

Ressalte-se que, quanto a esta última hipótese, há quem entenda em sentido contrário, defendendo que “se o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça, poderá o Tribunal de origem, pelo órgão encarregado da admissibilidade do recurso especial, reconsiderar a decisão exarada, conformando-se à orientação do Superior Tribunal de Justiça”^[15].

Data venia, discordamos de semelhante entendimento por vários entendimentos.

Primeiro motivo: entendimento incompatível com a natureza das atribuições inerentes à Vice-Presidência. Ao exercer o juízo precário (provisório) da admissibilidade de determinado recurso excepcional, o Desembargador Vice-Presidente atua na condição de mero “delegado” do Tribunal *ad quem*^[16], tratando apenas de viabilizar o regular processamento do recurso (bem como de seus eventuais incidentes), não sendo investido de qualquer poder de ingerência ou mesmo de influência sobre o mérito decisão recorrida, sendo-lhe, pelo contrário, terminantemente vedado exercer qualquer espécie de juízo decisório até com relação ao mérito do excepcional - e *ipso facto* da demanda -, a não ser em hipóteses excepcioníssimas de devida e motivada viabilidade de invocação da Súmula n° 83 do STJ^[17], e ainda assim no âmbito exclusivo do juízo de admissibilidade, tão-somente com o intuito de obstar a subida daqueles recursos que não reúnem a menor possibilidade de êxito.

Segundo motivo: entendimento temerário sob a ótica do princípio do juiz natural. A interpretação defendida pelo culto Relator parece afrontar o princípio/garantia constitucional do juiz natural, porquanto, ainda que reflexamente, acaba atribuindo à norma do art. 543-C do CPC a roupagem de “regra de competência”, de modo a emprestar à sistemática da repetitividade um mecanismo processual de modificação superveniente de competência recursal no âmbito da segunda instância, e, de modo ao menos questionável, incumbindo a um órgão ISOLADO (Vice-Presidente) a função de exercer o CONTROLE sobre uma decisão emanada de um órgão COLEGIADO, e, o que me causa ainda mais espécie, sem sequer que exista entre eles alguma relação de hierarquia, quer do ponto de vista jurisdicional, quer do ponto de vista funcional.

Com todo o respeito, esse não parece ser o espírito e o propósito das alterações perpetradas pela Lei n° 11.672/2008, as quais, ao que tudo indica, se impuseram apenas no intuito de agilizar o julgamento dos recursos excepcionais, e, consequentemente, de desafogar as pautas dos Tribunais Superiores, sem qualquer pretensão de interferir na sistemática de competência recursal dos Tribunais de origem.

A propósito, prevendo eventuais indagações nesse sentido, já me adianto que a preconizada interpretação não comporta, a pretexto de argumentação sistêmica, qualquer comparação ou mesmo simples paralelo com a sistemática prevista no art. 557 do CPC, eis que não subsiste qualquer similitude entre ambas: enquanto a possibilidade de “reexame” de um recurso pelo Desembargador Vice-Presidente ensaja, por tudo e em tudo, uma modificação de competência, porquanto transfere a um órgão (Vice-Presidente) a competência para o (re)julgamento de determinado recurso originariamente atribuída a outro órgão do mesmo Tribunal (Câmara), a sistemática prevista no art. 557 do CPC se opera sempre dentro de uma mesma estrutura orgânica (afinal, o Relator nada mais é do que um dos componentes de seu respectivo colegiado), e, embora faculte ao Relator julgar monocraticamente um recurso, deixa *in totum* resguardado, pela via do agravo interno, o controle definitivo pelo órgão colegiado originariamente competente.

Terceiro motivo: entendimento discrepante com o que se depreende de uma interpretação sistemática do art. 543-C do CPC. Confesso que toda a controvérsia aqui suscitada tem a sua razão de ser, não ocorrendo por mero acaso. Ela se dá não só em razão da ausência da norma regulamentadora a que se refere o §9° do art. 543-C do CPC, mas também - e principalmente - em decorrência de certa nebulosidade na redação do §7° do art. 543-C, cuja literalidade deixa espaço a ambas interpretações, sobretudo ao atribuir genericamente ao “tribunal de origem” o reexame da decisão recorrida na hipótese de divergência com a orientação firmada pelo STJ em sede do recurso representativo, atribuição essa que, pelo fato de a lei não tecer maiores especificações, poderia perfeitamente recair sobre qualquer órgão jurisdicional pertencente àquele “tribunal de origem”.

No entanto, esse “espaço hermenêutico” sucumbe a uma análise sistemática da norma, ou mesmo a uma simples análise combinada de seus §§7° e 8°. Explico:

Dispõe o §7° do art. 543-C que, uma vez publicada a decisão do Superior Tribunal de Justiça, os recursos especiais que estiverem sobrestados na origem serão novamente examinados pelo tribunal na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação superior. O §8°, por sua vez, dispõe que, caso seja mantida a decisão pelo tribunal de origem, far-se-á o exame de admissibilidade do recurso especial.

Ora, se a lei, em parágrafos distintos, prevê o exercício de dois juízos decisórios distintos pelo “tribunal de origem, impõe-se convir que seria um manifesto contra-senso outorgar ao Vice-Presidente a competência para, a um só tempo, manter a decisão recorrida e em seguida exercer o juízo de admissibilidade do recurso interposto contra essa mesma decisão. Ao que me parece, as atribuições aqui confrontadas são inclusive incompatíveis: ou se atribui a determinado órgão a competência para examinar uma decisão, ou se lhe atribui a competência para processar os recursos contra ela eventualmente interpostos. Essa é a essência mesma da dinâmica e da teoria da admissibilidade dos recursos, e repousa na necessidade de se resguardar a imparcialidade e o controle efetivo dos atos jurisdicionais típicos. Não é por acaso que, ao assumir a função de Vice-Presidente de um Tribunal, o Desembargador imediatamente se desliga da Câmara de que antes fazia parte, passando a compor um órgão próprio e autônomo, por sua vez dotado de atribuições específicas.

Por conta de todos esses fatores, me parece que a sistemática da repetitividade manteve incólume a estrutura competencial dos recursos no âmbito da segunda instância, nos mesmos moldes de outrora: o mérito da demanda (e/ou recurso), em segunda instância, continua sob o controle dos órgãos colegiados preventos, e a admissibilidade precária dos excepcionais contras as decisões desses colegiados continua sob um controle inicial da Vice-Presidência. O que ocorreu foi apenas uma protração de cada qual no tempo, tudo a depender da sorte do recurso eleito como representativo da controvérsia.

Caso o legislador realmente quisesse atribuir alguma competência a mais ao órgão incumbido da admissibilidade do recurso especial sobrestado na origem, assim o teria feito discriminadamente, tal como o fez no §1° do dispositivo em epígrafe, enunciativa da regra de que “caberá ao presidente do tribunal de origem admitir um ou mais recursos representativos da controvérsia, os quais serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, ficando suspensos os demais recursos especiais até o pronunciamiento definitivo do Superior Tribunal de Justiça”.

Quarto e último motivo. Contra disposição expressa da Resolução n° 7, de 14 de julho de 2008, do STJ. Como arremate, trago à baila as principais disposições da Resolução n° 7, de 14 de julho de 2008, que também “estabelece os procedimentos relativos ao processamento e julgamento de recursos especiais repetitivos”, e cujo teor parece esparcar quaisquer dúvidas ainda eventualmente existentes sobre praticamente tudo o que se disse. Vejamos:

“Art. 7º Publicado o acórdão do recurso especial afetado, os Ministros que tenham determinado a suspensão de recursos fundados em idêntica controvérsia poderão:

I - julgá-los nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil;

II - caso tenham adotado o procedimento a que se refere o § 2º do artigo 5º desta Resolução, autorizar por ofício a substituição da decisão por certidão de julgamento, a ser expedida pela coordenação do órgão julgador.

§ 1º Adotado o procedimento descrito no inciso II deste artigo, o prazo para interposição de recurso, nos processos suspensos, terá início 3 (três) dias após a publicação do acórdão referente ao recurso especial afetado.

§ 2º Os agravos de instrumento, distribuídos ou não, poderão ser julgados na forma estabelecida neste artigo.

(...)

Art. 9º Após o julgamento definitivo do recurso especial afetado, quaisquer outros recursos remetidos a este Tribunal serão julgados pela Presidência, nos termos da Resolução n. 3, de 17 de abril de 2008.

Art. 10 A suspensão a que se refere o artigo 1º, caput, desta Resolução, cessará automaticamente assim que publicado o acórdão do Superior Tribunal de Justiça proferido no recurso especial afetado, aplicando-se aos recursos especiais suspensos as seguintes regras:

I - coincidindo os acórdãos recorridos com o julgamento do STJ, não serão admitidos;

II - divergindo os acórdãos recorridos do julgamento do STJ, serão novamente submetidos ao órgão julgador competente no tribunal de origem, competindo-lhe reconsiderar a decisão para ajustá-la à orientação firmada no acórdão paradigma, sendo incabível a interposição de outro recurso especial contra o novo julgamento.

III - havendo outras questões a serem decididas, além daquelas julgadas no acórdão paradigma, serão submetidos a juízo de admissibilidade.

(...)

Art. 12 Os processos suspensos em primeiro grau de jurisdição serão decididos de acordo com a orientação firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, incidindo, quando cabível, o disposto nos artigos 285-A e 518, § 1º, do Código de Processo Civil.

Art. 13 Será considerada juridicamente inexistente manifestação prévia do **relator**, no tribunal de segundo grau de jurisdição, a respeito da **manutenção** do acórdão recorrido desafiado por recurso especial sujeito ao procedimento estabelecido na Lei n. 11.672/2008 e nesta Resolução.”

4. CONCLUSÕES FINAIS

Em suma:

a) Por força da nova sistemática instituída no art. 543-C do CPC, quando o Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal de origem detectar a existência de vários recursos que versam sobre uma mesma questão de direito, lhe caberá selecionar um ou alguns recursos e encaminhá-los ao STJ, antes mesmo de exercer o seu juízo de admissibilidade.

b) Os que não forem selecionados como “representativos”, serão sobrestados, aguardando em cartório o pronunciamento definitivo do STJ sobre a questão federal a ele submetida.

c) Nada impede, também, que o STJ determine *por sponte propria* o sobrestamento na origem dos recursos cuja controvérsia já esteja pendente de análise pelo colegiado. Nesse caso, caberá ao Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal de origem apenas cumprir a ordem quanto a todos os recursos relacionados àquela controvérsia.

d) Enquanto o STJ não se pronunciar sobre a questão federal selecionada, compete ao Tribunal de origem apreciar os incidentes e as medidas urgentes referidas ao especial que fica sobrestado na origem. O mesmo, contudo, não deve acontecer com os recursos representativos da controvérsia, pois, mesmo que ainda não tenha sido exercido o seu juízo de admissibilidade, eles já se encontram sob o crivo do Superior Tribunal, e seria contraditório que a instância recorrida emitisse uma ordem a uma instância superior, determinando a sustação dos efeitos de uma decisão cujo controle definitivo sequer lhe compete.

e) Publicado o acórdão do STJ acerca da controvérsia representativa, a coordenadoria do órgão julgador expede ofício ao Tribunal de origem, comunicando o resultado do julgamento, instruindo-o inclusive com cópia do acórdão.

f) Se o STJ tiver chegado, no julgamento dos recursos representativos, à mesma conclusão encampada no acórdão recorrido, deverá o Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal de origem denegar seguimento aos recursos especiais sobrestados.

g) Se o STJ tiver chegado à conclusão diferente da encampada no acórdão recorrido, deverá o Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal de origem encaminhar os autos ao órgão fracionário que prolatou o acórdão recorrido para que os feitos sobrestados sejam reapreciados. Caso o órgão julgador reconsidere a sua decisão, adequando-a à orientação firmada pelo STJ, fica prejudicado o recurso especial sobrestado, abrindo-se, é claro, novo prazo recursal à parte sucumbente, que pode perfeitamente querer devolver a demanda às instâncias excepcionais. Caso o órgão julgador não reconsidere a sua decisão, mantendo a divergência com a orientação firmada pelo STJ, os autos deverão ser novamente encaminhados ao Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal de origem, que aí sim exercerá o juízo de admissibilidade do recurso especial sobrestado, para que se oportunize a análise de sua pretensão diretamente pelo juízo *ad quem*.

Referências bibliográficas:

JORGE, Flávio Cheim. *Teoria Geral dos Recursos Cíveis*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Recurso Extraordinário e recurso especial*. 10 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.v

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Código de Processo Civil comentado artigo por artigo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

MEDINA, José Miguel Garcia; WAMBIER, Tereza Arruda Alvim. *Recursos e ações autônomas de impugnação*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Comentários ao Código de Processo Civil, vol. V: arts. 476 a 565*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

PINTO, Nelson Luiz. *Recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça*. São Paulo: Malheiros, 1992.

WAMBIER, Tereza Arruda Alvim. *Recurso Especial, Recurso Extraordinário e Ação Rescisória*. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

_____. *Recurso Especial, Recurso Extraordinário e Ação Rescisória*. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

ZAWASCKI, Teori Albino. *Antecipação da Tutela*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

Notas:

[1] Art. 3º - Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

[2] Cabe destacar, ainda, que essa lei é perfeitamente aplicável às ações penais. Encontra-se pendente de apreciação, por exemplo, na Terceira Seção do STJ, questão selecionada como representativa pela Ministra Laurita Vaz, em que se controvérte sobre a autorização de saídas temporárias de apenado (arts. 122, 123 e 124 da Lei nº 7.210/84). Trata-se do REsp 1.099.230/RJ, de relatoria da Ministra Laurita Vaz.

[3] LXXVIII a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

[4] Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) § 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica. § 2º Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade. § 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

[5] Art. 543-A. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.418, de 2006). § 1º Para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa. (Incluído pela Lei nº 11.418, de 2006). § 2º O recorrente deverá demonstrar, em preliminar do recurso, para apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a existência da repercussão geral. (Incluído pela Lei nº 11.418, de 2006). § 3º Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal. (Incluído pela Lei nº 11.418, de 2006). § 4º Se a Turma decidir pela existência da repercussão geral por, no mínimo, 4 (quatro) votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário. (Incluído pela Lei nº 11.418, de 2006). § 5º Negada a existência da repercussão geral, a decisão valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, que serão indeferidos liminarmente, salvo revisão da tese, tudo nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. (Incluído pela Lei nº 11.418, de 2006). § 6º O Relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros, inscrita por procurador habilitado, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. (Incluído pela Lei nº 11.418, de 2006). § 7º A Súmula da decisão sobre a repercussão geral constará de ata, que será publicada no Diário Oficial e valerá como acórdão. (Incluído pela Lei nº 11.418, de 2006).

[6] Art. 1º Havendo multiplicidade de recursos especiais com fundamento em idêntica questão de direito, caberá ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido (CPC, art. 541) admitir um ou mais recursos representativos da controvérsia, os quais serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, ficando os demais suspensos até o pronunciamento definitivo do Tribunal. § 1º Serão selecionados pelo menos um processo de cada Relator e, dentre esses, os que contiverem maior diversidade de fundamentos no acórdão e de argumentos no recurso especial.

[7] É o que consta do Informativo de Jurisprudência nº 381: A Corte Especial, ao prosseguir o julgamento, por maioria, entendeu que, submetido o recurso ao disposto na Resolução n. 8/2008-STJ e no art. 543-C do CPC, na redação que lhe deu a Lei n. 11.672/2008 (recurso repetitivo), não há como ser deferido pedido de desistência. Admitiu-se que, quando submetido o recurso ao regime daquela legislação, surge o interesse público ditado pela necessidade de uma pronta resolução da causa representativa de inúmeras outras, interesse esse que não se submete à vontade das partes. O Min. João Otávio de Noronha (vencido) entendia possível acolher a desistência, visto que é a lei quem a garante, além do fato de que a desistência, de acordo com a doutrina, é ato unilateral. Outros Ministros ficaram vencidos em parte, por entenderem diferir a análise da desistência para depois do julgamento da questão de direito tida por idêntica, garantindo, assim, a produção dos efeitos previstos no § 7º do art. 543-C do CPC, solução que, segundo essa linha, atenderia tanto ao interesse público quanto ao das partes. Dessarte, os autos retornaram à Segunda Seção para o julgamento do recurso repetitivo. QO no REsp 1.063.343-RS, Rel. Min. Nancy Andrigli, julgada em 17/12/2008.

[8] Art. 1º (...) § 3º A suspensão será certificada nos autos.

[9] Art. 1º (...) § 2º O agrupamento de recursos repetitivos levará em consideração apenas a questão central discutida, sempre que o exame desta possa tornar prejudicada a análise de outras questões argüidas no mesmo recurso.

[10] REsp 881285/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/11/2008, DJe 17/12/2008.

[11] É esse o teor do Enunciado nº 2 da 1ª Reunião do Colégio Permanente de Vice-Presidentes de Tribunais de Justiça do país: ENUNCIADO nº 02 - A competência da presidência ou vice-presidência dos tribunais ou turmas recursais, no âmbito do juízo de admissibilidade recursal, é absoluta e transitória: inicia-se com o exaurimento da via recursal ordinária e termina com a decisão em juízo de admissibilidade. As eventuais medidas e incidentes posteriores a essa fase devem ser intentados perante o tribunal superior competente. Justificativa: Faz-se necessário, de forma objetiva, definir o início e o término da competência excepcional da presidência ou vice-presidência dos tribunais ou turmas recursais em juízo de admissibilidade recursal, a fim de dirimir dúvidas sobre a quem se dirigir na ocorrência de incidentes recursais e interposição de medidas cautelares. (Precedentes: Súmulas 634 e 635 do STF).

[12] Recentemente, o Ministro Luís Felipe Salomão fez esse registro, em decisão monocrática, invocando inclusive as Súmulas nº 634 e 635 do STF:

MEDIDA CAUTELAR nº 15.012 - RJ (2008/0269558-6) RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO REQUERENTE : CARVALHO HOSKEN S/A ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES ADVOGADO : MICHELE SANTUZZI QUEIROGA PEREIRA DA COSTA E OUTRO(S) REQUERIDO : URBANIZADORA CONTINENTAL S/A COMÉRCIO EMPREENDIMIENTOS E PARTICIPAÇÕES DECISÃO 1. Cuida-se de medida cautelar, com pedido de liminar, requerida por CARVALHO HOSKEN S/A ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, visando afastar o sobrestamento

determinado pela 3ª Vice Presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, referente ao recurso especial interposto contra acórdão que negou provimento a Agravo de Instrumento, assim ementado: (...) É o relatório.

2. A medida cautelar não merece prosperar.

Em relação ao fumus boni iuris, não observo, em cognição sumária, a plausibilidade jurídica do pedido recursal Pretende a requerente, em última análise, suspender, ainda que temporariamente, a execução de indenização transitada em julgado, no valor de R\$ 5.603.273,13 (cinco milhões, seiscentos e três mil e duzentos e setenta e três reais e treze centavos). Contudo, restringe-se a parte a requerer que seja afastado o sobrestamento do Recurso Especial e determinado seu imediato processamento, para que seja submetido ao juízo de admissibilidade.

Tal efeito, porém, não será atingido, pois determinar o imediato processamento do recurso especial, afastando o sobrestamento imposto conforme o art. 543-C do CPC, não implica a suspensão dos atos determinados na execução da sentença, tendo em vista que o recurso especial não possui efeito suspensivo.

Tampouco há fundamento razoável na argumentação desenvolvida, pois, embora tenha o Juízo determinado o pagamento do débito em 15 dias, em conformidade com o art. 475-J do CPC, não foi autorizado o imediato levantamento do crédito.

Ademais, ainda que assim não fosse, aplica-se à espécie o disposto na Súmula 635 do Excelso Supremo Tribunal Federal, in verbis: “Cabe ao Presidente do Tribunal de origem decidir o pedido de medida cautelar em recurso extraordinário ainda pendente do seu juízo de admissibilidade.” (...) (3. Ante o exposto, nos termos do art. 38 da Lei nº 8.038/90, c/c o art. 34, XVIII, do RISTJ, nego seguimento ao pedido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2008.

Ministro Luis Felipe Salomão Ministro

(Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, 02/12/2008)

[13] Art. 6º A coordenação do órgão julgador expedirá ofício aos tribunais de origem com cópia do acórdão relativo ao recurso especial julgado na forma desta Resolução.

[14] Conforme muito bem constatado pela Professora Tereza Arruda Alvim, trata-se de uma exceção à regra do art. 463 do CPC. Cf. WAMBIER, Tereza Arruda Alvim. *Recurso Especial, Recurso Extraordinário e Ação Rescisória*, p. 309.

[15] MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Código de Processo Civil comentado artigo por artigo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, pp. 268-269.

[16] Foi o que restou firmado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do AgRg na MC 11448/RJ, publicado no Diário da Justiça da União de 01/02/2007, em que se considerou que “no exercício das atribuições relacionadas com o juízo de admissibilidade de recursos para as instâncias extraordinárias (...) o vice-presidente atua como delegado do Tribunal ad quem. Nessas circunstâncias, as decisões que profere não estão sujeitas a controle por qualquer dos órgãos do Tribunal Local”. No mesmo diapasão, vejamos as seguintes decisões: CO na MC 013599 Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, DJU de 03.04.2008; Ag 822472, Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJU 04.05.2007; Ag 770545 Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI Data da Publicação DJ 22.03.2007. No âmbito deste e. TJ/ES, já se decidiu: “o Vice-Presidente, no exercício das atribuições relacionadas com o juízo de admissibilidade de recurso para as instâncias extraordinárias, não atua como órgão preparador da decisão do órgão ao qual pertence, mas como delegatário do Tribunal Superior respectivo - STF ou STJ - competente para julgamento do recurso excepcional interposto. Uma vez exercido o juízo prévio de admissibilidade recursal, não compete sequer mais ao Vice-Presidente apreciar pedido de reconsideração da decisão proferida, sob pena de usurpação de competência do STF ou STJ, conforme o caso” (TJES - AgRg no RESP na Ap.Crim. nº 35060171705 - Tribunal Pleno - Rel. Des. Vice-Presidente - J. 04.12.2008)

[17] “Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida”. A teleologia do verbete sumular se reporta ao fato de que, se ao julgar um recurso especial, o STJ atua na qualidade de Corte de uniformização, e a matéria deduzida no especial já se encontra por ele uniformizada (pacificada), não há razão para submetê-la novamente à sua apreciação.

Victor Cretella Passos Silva

Advogado, Chefe de Gabinete da Vice-Presidência do TJ/ES biênio 2008-2009, Pós-graduando em Direito Constitucional pela PUC/SP, Bacharel em Direito pela UFES

Informações Bibliográficas

SILVA, Victor Cretella Passos. A novel sistemática de sobrestamento, na origem, dos “recursos repetitivos”: breves apontamentos sobre o art. 543-c do CPC. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 87, abr 2011. Disponível em: <

http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9315

>. Acesso em out 2014.

O Âmbito Jurídico não se responsabiliza, nem de forma individual, nem de forma solidária, pelas opiniões, idéias e conceitos emitidos nos textos, por serem de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es).